SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/06/2015 - Instituto Telecom

Banda larga: uma polêmica sem fim

A destinação dos saldos do Plano Geral de Metas de Universalização para a implantação de backhaul de fibra ótica nos municípios ou nas localidades ainda não atendidas com essa tecnologia, foi a principal polêmica da Audiência Pública realizada pela Anatel na sexta-feira, dia 26/06, em Brasília.

A Audiência tratou da renovação dos contratos de concessão, em particular as metas de universalização que serão colocadas no PGMU, que terá vigência de 2016 a 2020. Houve participação remota nos escritórios da Anatel no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio grande do Sul.

As concessionárias (Oi e Telefônica) reafirmaram sua posição contrária, defendendo a exclusão do Artigo 19 da consulta 25 da Anatel, justamente o que trata das metas de implementação da infraestrutura de rede de suporte do STFC para conexão em banda larga fixa. O artigo estabelece que "o backhaul deve ser implementado em infraestrutura de fibras óticas em todos os municípios que não disponham dessa infraestrutura na data da publicação deste Decreto, com exceção dos municípios que só puderem ser atendidos via satélite, nos termos da regulamentação específica a ser editada pela Anatel."

Os números apresentados pela Anatel em relação ao backhaul são alarmantes. A fibra ótica é insuficiente em 53% das cidades brasileiras, sendo que no Norte e no Nordeste falta backhaul em 73% dos municípios; no Sudeste, em 40%; no Sul, em 37%; e no Centro-Oeste, em 42%.

A Claro repetiu a ladainha de que a reversibilidade dos bens retira o incentivo ao investimento na rede. "A empresa ressalta que os bens da concessionária só são reversíveis apenas na fração que é essencial à prestação do serviço em regime público", disse a operadora. Mas, que fração é essa? A Claro não tem como explicar. Uma vez que na mesma infraestrutura passa voz, dados e imagem. Já a Telefônica foi mais fundo. Admitiu publicamente que constrói duas infraestruturas em paralelo, uma em cobre e outra em fibra, para impedir a reversibilidade dessa última.

Outro ponto lamentável é que as concessionárias continuam a afirmar que estão levando banda larga a todas as escolas urbanas do país. Apesar de ser uma obrigação instituída desde 2008, a verdade é que isso não ocorre.

Segundo a Oi, há cerca de 1.800 localidades nas quais há infraestrutura e nunca houve um pedido de instalação de telefone. A concessionária só "esqueceu" de informar que, em boa parte dessas cidades, o Aice (Acesso Individual Classe Especial) já poderia estar sendo oferecido. O Aice é um telefone fixo com uma assinatura muito mais barata. O problema é que ela não divulga que o serviço está disponível para todos que estão inscritos no Cadastro Único do Governo Federal.

Nós, do Instituto Telecom, e o Clube de Engenharia participamos da Audiência na gerência da Anatel no Rio de Janeiro e reafirmamos o apoio à consulta pública da Anatel. Ressaltamos, contudo, que a solução dessa questão é o Governo Federal tratar a banda larga como essencial e, dessa forma, não pode ser prestada exclusivamente em regime privado, ou seja, sem obrigações de universalização. Como há notícias de que o governo está trabalhando numa Lei de Universalização da Banda Larga, vamos cobrar e esperar o seu detalhamento para nos posicionarmos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/06/2015 - Telesíntese

Anatel lacra 663 estações irregulares em 2014

Do total de estações interrompidas pela agência, 353 eram de radiodifusão e 310 de telecomunicações. O estado de São Paulo foi o campeão de registros. Foram lacradas 74 estações de radiodifusão e 85 de telecom irregulares.

A Anatel realizou quase duas mil ações para verificar a prestação de serviços sem outorga ou sem autorização para uso do espectro, sendo 55,5% foram acionadas mediante denúncia.

E foram lacradas 663 estações ao longo de 2014, sendo 353 de radiodifusão e 310 de telecom. As emissoras de baixa potência – de menos de 25 W- onde estão incluídas as rádios comunitárias – foram as de maior número, com 150 estações lacradas. Mas também foram interrompidas 136 estações comerciais, de mais de 25 W. A agência não conseguiu identificar a potência de 67 equipamentos.

Foram lacradas também 310 estações de telecomunicações. O estado de São Paulo foi o que registrou o maior número de estações irregulares. Foram 74 de radiodifusão e 85 de telecom .

Certificação de Produtos

Em 2014, a Anatel homologou 5,4 mil produtos de telecomunicações.

29/06/2015 - Telesíntese

Telebras convoca assembleia de acionistas

Reunião deve aprovar indicações do Minicom para cargos no Conselho Fiscal da companhia.

A Telebras convocou para 23 de julho uma reunião extraordinária de acionistas para a confirmação de novos integrantes do Conselho Fiscal da estatal, indicados pelo Ministério das Comunicações. Os executivos sugeridos vão substituir Luciana Roriz, que ocupa ainda cadeira efetiva, e Marcelo Barbosa, suplente. Para ocupar as vagas, o ministro Ricardo Berzoini sugeriu os nomes de Jovino Alberto Oliveira Pereira e Francklin Andrade Mattar Furtado.

A companhia também avisou que assina "nos próximos dias" o acordo de acionistas com a IslaLink para a criação da sociedade que vai lançar e operar um cabo submarino conectando o Brasil à Europa. A cerimônia de assinatura será realizada, 30, amanhã, em Brasília.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/06/2015 - CUT

CUT é contra a redução da Maioridade Penal

O foco precisa ser a defesa intransigente dos mais desvalidos e dos direitos humanos e a proteção de nossas crianças e adolescentes como prevê a Constituição: com prioridade absoluta.

A Central Única dos Trabalhadores- CUT, diante da eminência de sofrermos um terrível retrocesso no sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente brasileiro, através da aprovação da PEC 171/93, que esta em discussão no congresso nacional e que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, vem reafirmar seu posicionamento, consolidado em sua última plenária nacional, de ser contraria a qualquer iniciativa ou projeto de lei que venha a reduzir a idade penal.

Não há como concordar com a redução da maioridade penal que só vai penalizar ainda mais os grupos e indivíduos vulneráveis psicológica, econômica, cultural e socialmente, enviando os mesmos para um sistema policialesco, punitivo e encarcerador que não ressocializa ninguém, como é o caso do sistema carcerário brasileiro.

O sistema de garantias de direitos das crianças e dos adolescentes utilizados no Brasil é um dos mais avançados do mundo e a determinação da imputabilidade penal aos 18 anos é destas garantias avançadas que tratam as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e portanto tratados corretamente como cidadãos e cidadãs em crescimento que dependem da proteção do Estado, da família e da sociedade para seu desenvolvimento pleno.

A confusão entre imputabilidade e impunidade não pode haver quando o tema é a aplicação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e das medidas sócioeducativas aos adolescentes infratores. Temos um arcabouço jurídico que conceitua e condena estes jovens, mas que nunca foi aplicado integralmente e como demonstram as pesquisas mais recentes, cada vez mais jovens estão sendo privados de sua liberdade em locais onde não há condição alguma para a sua ressocialização, assim a impunidade não é justificativa para as penas mais pesadas e a imputabilidade não existe como querem fazer crer especialistas conservadores do congresso.

As unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei, assim como as prisões no Brasil, estão abarrotadas de jovens pobres, negros e com baixa escolaridade. A maioria destes jovens vive na periferia das cidades e 54% dos que cumprem medidas sócio educativas de internação, tem apenas o ensino fundamental, segundo o ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Deliquente) e pertencem a famílias que sobrevivem com menos de R$350,00 mensais, de acordo com a DEPCA (Delegacia Especial de Proteção a Criança e ao Adolescente).

O número de crimes cometidos por adolescentes são 10 (dez) vezes menor do que os cometidos pelos adultos comparando os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo nos últimos 3 anos e a grande maioria destes crimes são contra o patrimônio e a minoria são crimes violentos não ensejando uma medida desproporcional como esta para controlá-los.

E ainda lembrando que a vitimização de jovens duplicaram no país nos últimos anos. Segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,013% cometeu atos contra a vida. Mas são eles que estão sendo assassinados sistematicamente: o Brasil é o segundo país no mundo em número absoluto de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria. Hoje, os homicídios já representam 36,5% das causas de morte por fatores externos de adolescentes no país, enquanto para a população total corresponde a 4,8%. Mais de 33 mil brasileiros de 12 a 18 anos foram assassinados entre 2006 e 2012. Se as condições atuais prevalecerem, afirma o Unicef, até 2019 outros 42 mil serão assassinados no Brasil.

Se esta é a saída que encontramos para nossos adolescentes, vamos consagrar nossa incapacidade para lidar com o problema da violência juvenil e vamos condenar nossos filhos e filhas a uma eterna sociedade onde impera o medo e a submissão de classe.

A Central Única dos Trabalhadores entende que o foco não pode ser a penalização maior destes jovens que vem sendo privados de tudo, não pode ser a alteração das leis sem verificar as que existem se estão sendo completamente aplicadas, não pode ser a reafirmação da segregação de classes a qual o Brasil tenta se livrar, o foco precisa ser a defesa intransigente dos mais desvalidos e dos direitos humanos e a proteção de nossas crianças e adolescentes como prevê a Constituição: com prioridade absoluta.

29/06/2015 - Telesíntese

Anatel joga nova regra de bens reversíveis para o final de 2016

A Anatel divulgou hoje,29, a sua agenda regulatória para 2015-2016.e a revisão do regulamento sobre bens reversíveis, uma das prioridades das concessionárias, ficou para o final de 2016, e está em 21a colocação entre as prioridades da agência.

Depois de ter publicado em fevereiro deste ano o seu planejamento estratégico, a Anatel publicou hoje, 29, para consulta púlica, a agenda regulatória para os próximos dois anos. E, a maior parte dos temas mais estratégicos para o setor ficará para 2016. Entre os temas que foram jogados para o segundo semestre do próximo ano, está a reavaliação da Regulamentação do Controle de Bens Reversíveis, que é o centro do debate das concessionárias para este ano, na revisão dos contratos, que devem ser aprovados até 31 de dezembro.

Para 2015 , a agência promete entregar, entre outros, o leilão de sobras de frequências, a proposta sobre a neutralidade da rede, a renovação do contrato de concessão, e o novo Plano Geral de Metas de Universalização. Fará ainda reavaliação dos regulamentos de uso de espectro e da telefonia fixa, além da pesquisa de qualidade.

Em 2016, pauta mais carregada , como a revisão dos mercado relevantes, do fator X, do controle de interrupções, de numeração, de interconexão e do PGMC (Plano Geral de Metas de Competição). A seguir o calendário proposto pela Anatel<

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

29/06/2015 - CUT

Globo é quem mais recebeu verba publicitária de governos petistas

Emissora carioca acumulou R$ 6,2 bilhões em 12 anos de Lula e Dilma

Em 12 anos de governo do PT, oito com Luis Inácio Lula da Silva e mais quatro com Dilma Rousseff, a Rede Globo acumulou R$ 6,2 bilhões em verbas publicitárias enviadas apenas pelo Planalto.

Muito distante da emissora carioca, está a Record, com R$ 2 bilhões, seguida de perto pelo SBT (R$ 1,6 bi) e Band (R$1 bi). Os dados foram divulgados pelo UOL e abrangem somente as verbas publicitárias gastas com emissoras de TV,

Os números da Globo poderiam ser ainda maior se o valor das afiliadas fossem incorporados ao valor total do conglomerado do grupo. A TV Bahia, por exemplo, dos herdeiros de Antônio Carlos Magalhães, angariou R$ 50,9 milhões nos doze anos de governo petista.

Para a secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, os valores divulgados expõem a necessidade de regulação econômica da mídia para o "desenvolvimento igualitário das mídias". "Esses dados demonstram o que já sabemos, que além de um monopólio do conteúdo, temos um monopólio econômico, que sustenta o primeiro", afirmou.

Apesar do montante bilionário, a Globo pode manter ativa uma dívida com o fisco brasileiro. A família Marinho se recusa a confirmar o pagamento de divida milionária com a Receita Federal. A emissora carioca alega que pagou o valor de R$ 615 milhões, porém se recusa a apresentar Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), documento que comprova o pagamento.

A dívida seria correspondente a sonegação dos impostos referentes a compra dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2002, realizada no Japão e na Coréia do Sul. O processo contra a emissora se tornou público em junho de 2014, através do site "O Cafézinho".

A Globo teria utilizado dez empresas criadas em paraísos fiscais para esconder a falcatrua e se livrar do fisco brasileiro. O crime se configura em simulação e evasão fiscal. Porém, não é difícil de imaginar que para a maior detentora de verbas publicitárias do País não seja missão complexa esconder essa manobra.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/06/2015 - Carta Maior

O ciclo recessivo do desemprego no mundo

O fechamento de postos de trabalho derruba o consumo, diminuindo a demanda e o nível de atividade das empresas que, ociosas, demitem mais.

Estima-se em mais de 200 milhões o número de pessoas desempregadas no mundo - mais de 30 milhões perderam o emprego depois da crise de 2008. As estimativas são da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e constam do estudo "Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo".

Para atender aos que começam a buscar uma ocupação, entre eles os jovens que atingem a idade adulta, ou responder à maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a economia mundial precisa criar mais de 40 milhões de postos por ano. Trata-se de um enorme desafio, porque isso requer sustentar uma taxa de crescimento econômico que amplie a capacidade produtiva global (mais empregos com maior produtividade) para atender a demanda de consumo dos mais de 7 bilhões de habitantes do planeta.

Para que isso ocorra é preciso que a dinâmica do consumo das pessoas, das empresas e dos governos amplie a demanda da produção de bens e serviços. No caso da maioria das pessoas em idade adulta, a capacidade de consumo é majoritariamente decorrente dos empregos e do poder de compra dos salários ou dos benefícios da aposentadoria. Quando os postos de trabalho são fechados e os salários são arrochados, as famílias perdem capacidade de consumo, o que rebate diretamente sobre a demanda, reduzindo o nível de atividade das empresas e gerando ociosidade da capacidade instalada das plantas empresariais, o que gera ondas de demissões e alimenta um dramático ciclo recessivo.

Da mesma maneira, a queda do consumo faz cair a receita do Estado, que arrecada menos impostos e reduz a capacidade de gastos correntes com as políticas públicas de investimentos. A OIT estima que o desemprego, o arrocho dos salários, os empregos precários e a informalidade retiram da economia uma demanda potencial equivalente a US$ 3,7 trilhões, perda correspondente a 2% do consumo global e de 1,2% da produção mundial.

Além do desemprego, observa-se que ocorrem mudanças profundas nas relações de trabalho, com o crescimento dos empregos em tempo parcial, das ocupações precárias e da informalidade. Há um movimento mundial que amplia a insegurança e a precarização no mundo do trabalho. Em boa parte dos 90 países pesquisados pela OIT, cerca de 75% dos trabalhadores estão ocupados em empregos precários, em tempo parcial, sem contrato de trabalho e na informalidade.

Nessa dinâmica, há aumento da desigualdade e crescimento da pobreza. Contraditoriamente, a educação e o conhecimento científico se ampliam e transformam-se em novas tecnologia e inovação, que aumentam a produtividade e esta não para de crescer, na contramão dos salários, que não param de cair. A desigualdade cresce em um mundo de abundância!

Entendemos que o objetivo da política econômica é gerar empregos para produzir os bens e serviços para promover o bem-estar, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Essa é uma forma de conceber a economia, sentido este sempre em disputa na sociedade.

O desafio para os trabalhadores é, de maneira insistente e indelegável, recolocar o trabalho na centralidade da política econômica, tarefa que requer muita luta e capacidade de disputa no campo da economia política.

No Brasil, nossa tarefa é construir uma rápida transição para o crescimento econômico baseado na combinação entre o investimento e o incremento e a repartição da produtividade, ampliando, por meio do emprego, a melhor distribuição de renda, a inclusão social e econômica e o mercado interno de consumo. Não há mágica, apenas muito trabalho para gerar renda e riqueza e muita força política e disposição de luta para criar regras que distribuam os resultados de maneira justa e igualitária.